
O RITUAL TORÉ NO MOVIMENTO POLÍTICO DE EMERGÊNCIA ÉTNICA DO POVO POTIGUARA

Rosineide Marta Maurício Sousa
GEPees – Etnias (UFPB-CCAIE)
rosineidesousa@hotmail.com

RESUMO

A essência desse estudo está em destacar o ritual do Toré Potiguara no âmbito do movimento político e de emergência étnica. Historicamente, notamos a predominância do catolicismo nos aldeamentos e a política de (re) tomada de território indígena no Litoral Norte da Paraíba. A pesquisa, em andamento, tem como cenário a Vila de Monte Mór ou Vila Regina, localizada em Rio Tinto - Paraíba, como espaço de luta de reconhecimento dos descendentes indígenas que habitam a referida comunidade. Através da Funasa/Funai eles buscam reconhecimento, amparando-se em documentos que dizem que o aldeamento Monte Mór foi extinto através do Aviso Imperial nº 19 de maio de 1862 e a estes povos foram doados loteamentos onde eles já viviam para que continuassem nos seus lugares. Porém, décadas depois, aos poucos, estas terras foram vendidas pelos próprios proprietários aos fundadores da fábrica Companhia de Tecidos Rio Tinto. É o que atestam as certidões e escrituras de compra e venda da Capela Nossa Senhora do Carmo ou Prazeres (primeira construção feita em 1780 pelos portugueses e potiguaras, lugar onde se iniciou a povoação de Rio Tinto, localizada na Vila Regina). Trata-se de uma pesquisa de caráter documental, que oportuniza refletir sobre o processo de emergência étnica do povo potiguara e a relação com a demarcação do território indígena na Vila de Monte Mór - Paraíba. Recentemente, conseguimos uma cópia do Diário Oficial da União nº 241, publicado na segunda-feira, dia 17 de dezembro de 2007, que traz a portaria nº 2. 135 de 14 de dezembro de 2007, a qual dispõe no art 2º, que a Funai é responsável pela demarcação administrativa da Terra Indígena, para posterior homologação pelo presidente da república, nos termos do art. 19,§ 1º, da lei nº6. 001/73 e do art. 5º do decreto nº 1.775/96. O que significa que o território em questão, oficialmente, somente pertencerá a Funai/Funasa, para usufruto dos indígenas, no dia em que a presidência da república realizar homologação, dando a concessão das terras aos Potiguara. No contexto atual, o ritual Toré e a política se entrelaçam na questão das terras da Vila Monte Mór ou Vila Regina, localizada em Rio Tinto – Paraíba. O ritual Toré, historicamente, vem se estabelecendo como símbolo de identificação e autenticidade dos Potiguaras.

Palavras-chave: Toré. Ritual. Militância. Etnia.

ABSTRACT

The essence of this study is to highlight the ritual Toré Potiguara within the political movement of emergency and ethnicity. Historically, we note the predominance of Catholicism in the settlements and the politics of (re) making of Indian territory in the North Coast of Paraíba. The survey, in progress, is set in the village of Vila Monte Mór or Regina, located in Rio Tinto - Paraíba, as a space of



ISSN: 1982-3916

ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 5, Volume 10 | jul-dez de 2011.

struggle for the recognition of indigenous descent who live in this community. By Funasa / Funai they seek recognition, supporting on documents that say the settlement Monte Mór was extinguished through Notice Imperial No. 19 May 1862 and these people were given allotments where they have lived for them to remain in their places. But decades later, little by little, these lands were sold by the owner to the founders of Factory Fabrics Company Rio Tinto. That is evidenced by the certificates and deeds of purchase and sale of the Chapel of Our Lady of Mount Caramel or Pleasure (first building made by the Portuguese in 1780 and potiguaras, where it began the village of Rio Tinto, located in Villa Regina). This is a survey of documentary character, which gives opportunity to reflect on the process of emergence of ethnic people potiguara and the relationship with the demarcation of indigenous lands in the village of Monte Mor - Paraíba. Recently, we got a copy of the Official Gazette No. 241, published on Monday, December 17, 2007, bringing the ordinance 2. 135, December 14, 2007, which provides in article 2, that FUNAI is responsible for administrative demarcation of indigenous land for subsequent approval by the president, according to art. 19, § 1, of Law No. 6. 001/73 and art. 5 of the Decree No. 1.775/96. Which means the territory in question, officially, only belong to Funai / Funasa, for the enjoyment of indigenous peoples, the day they hold the presidency approval, giving a grant of land to Potiguara. In the present context, the ritual Toré and politics are intertwined in the issue of land in Vila Vila Monte Mór or Regina, located in Rio Tinto - Paraíba. The ritual Toré, historically, has established itself as a symbol of identity and authenticity of Potiguaras.

Keywords: Toré. Ritual. Militancy. Ethnicity.

INTRODUÇÃO

Conhecidos historicamente desde 1501, os Potiguaras ocupavam um território que se estendia pela costa do Nordeste. Na Paraíba ocupavam todo o Vale Mamanguape, do litoral até a Serra da Raiz (na época, Serra da Cupaoba). Potiguar é a denominação dada aos povos de língua Tupi, indígenas, é uma palavra de origem tupinambá que existem diferentes grafias sobre o termo Potiguara: Pitikajara, Pitiguara, Potygoar aqui optamos por Potiguara porque é o termo mais conhecido e adotado entre os índios.

Na Paraíba, foram criadas as aldeias Preguiça e São Miguel, hoje Vila de Monte-Mór e Baía da Traição, respectivamente. E foi nessas aldeias que se deu o processo dito civilizador dos Potiguaras. Segundo Estevão Palitot (Apud, BARCELLOS, 2005, p. 20), “estas instituições vão ser responsáveis pela conversão dos índios ao cristianismo”, os padres que administravam as aldeias contribuíram para apagar as crenças e a tradição indígena, obrigando-os a seguir rigorosamente o catolicismo oficial.

O processo de catequese das congregações religiosas funcionou a partir da construção da Capela Nossa Senhora dos Prazeres. A edificação foi a primeira construção feita na região, por volta do ano de 1780, pelos Portugueses e Potiguara, lugar onde se iniciou a povoação de Rio Tinto, hoje conhecida como Vila Regina. A aldeia Monte-Mór tem suas origens nesse contexto histórico, de sincretismo religioso entre a fé católica do Santo Padroeiro e as tradições do território étnico indígena.

Passados cinco séculos, os descendentes Potiguara do aldeamento Monte-Mór costumam construir ocas para o ritual Toré, seja nas festas comemorativas como no Dia do Índio, quando realizam protestos para serem ouvidos pelas autoridades, tornando o ritual um símbolo que marca a afirmação da identidade indígena.

1 – RITUAL TORÉ NO MOVIMENTO DE EMERGÊNCIA ÉTNICA POTIGUARA

O estudo em andamento tem a essência de destacar as principais conquistas dos Potiguaras e suas tradições desenvolvidas nos aldeamentos localizados no município de Rio Tinto, especificamente, na aldeia Monte-Mór ou Vila Regina/PB. Ainda busca analisar as estratégias que se utilizam para fortalecer suas ações políticas em defesa dos seus direitos. Tais iniciativas produzem conhecimentos e informações sobre valores provenientes das tradições, dos princípios de que o poder transformador advém das lutas desses indígenas.

Com base em estudos realizados, podemos retratar práticas de celebração, cujo campo central é a dança-ritual Toré Potiguara, símbolo de luta dos Potiguara na reconquista dos seus direitos sociais e identidade étnica.

Sabemos que os indígenas reivindicam um patrimônio natural que foi usurpado violentamente, ignorando a condição de atores protagonistas nas histórias do surgimento do Brasil como estado-nação. As terras que já existiam e seus primeiros habitantes que foram os nativos, denominados pelos Portugueses de “índios”.

Nos estudos que realizamos no GEPEEEs – Linha de Pesquisa e Práticas Educativas e Etnias, baseados nas pesquisas etnográficas de Barcellos (2005), podemos identificar a história dos Potiguaras em nove fases:

Primeira fase, marcada pela liberdade étnica quando os nativos tinham intimidade profunda com a natureza e o cosmo, cultuando a Mãe Terra, seus mananciais, o deus Tupã através de seus costumes, danças rituais. Os índios livres significava ser donos deles mesmos e de suas terras;

A segunda fase diz respeito ao processo de formação dos aldeamentos, pela presença dos jesuítas, da catequese, ação que começa a descaracterizar os nativos, porque os proíbe a não falar sua própria língua. Passaram à dominação dos europeus através da fé (cruz) e da força (espada), dois elementos antagônicos que se complementavam no processo de colonização do litoral do nordeste brasileiro;

Na terceira fase, as aldeias transformaram-se em vilas sob a administração da Coroa Portuguesa, que passou a explorar suas colônias com altos impostos. Nesta época, a província da Paraíba recebeu a visita do Imperador D. Pedro II, no ano de 1859. A majestade passou um dia na cidade de Mamanguape e dialogou sobre a Lei das Terras e a distribuição das sesmarias de Monte-Mór e São Miguel entre comunidades indígenas e donos de engenho;

A quarta fase foi inaugurada pela municipalização do território, o que propiciou a formação de latifúndios agroexportador, materializados pelos engenhos de cana-de açúcar. Esta fase atingiu profundamente as fronteiras de demarcação das aldeias, promovendo cada vez mais a descaracterização da etnia Potiguara. Sob a lógica do trabalho escravo os donos de engenho tiraram lucro na produção do açúcar, da rapadura e da cachaça;

Quinta fase, destacada pela década de 1920, quando ocorreu a fundação da Companhia de Tecidos Rio Tinto – CTRT. Contexto histórico de muita repressão, conhecido como tempo da “amorosa”, em que muitos nativos foram mortos, massacrados, humilhados e obrigados a negarem a identidade indígena. Os Potiguara de Monte-Mór tiveram suas

terras tomadas, forçados a vender seus lotes aos proprietários-fundadores da fábrica têxtil. O testemunho de apropriação de território indígena pela fábrica dava-se por meio de acordos documentados entre Lundgrens e lideranças indígenas, segundo certidões e escrituras de compra e venda presentes nos arquivos da Capela Nossa Senhora do Carmo ou Prazeres (construção de 1780), município de Rio Tinto-PB.

Desta época, existem relatos de índio Potiguara da Aldeia Monte-Mór que revelam a situação em que “parentes” foram proibidos de se afirmarem como índios, como relata Seu José (2011, Informação Verbal) ¹:

A Companhia Rio Tinto não queria que dissesse assim: Eu sou índio. Se dissesse que era índio e ela soubesse, ou mandava matar ou mandava retirar aquela pessoa de qualquer jeito. Quem tava doido de dizer? Tinha cabôco chamado Horácio que morava cá em cima e chegou seu Anilo, que era pessoa do Coroné, um revólver do lado e o coroné com revólver também. O velho, doente deitado numa rede, aí ele disse:

Anilo: Diga cabôco safado, de quem é isso aqui?

Horácio respondeu: É da Companhia

Anilo: Queria que você dissesse que era dos índios que eu ia dar a carga desse revólver todinho na sua boca.

E eu assim em pé escutando. Ele disse que aqui não queria ver nenhum caboco. Com uns dias o velho Horácio morreu. Havia muitos índios trabalhando na fábrica, mas em silêncio, não podiam dizer que era índio, se não era expulso da fábrica e da cidade.

Como sentimos através desse depoimento, os indígenas de Monte-Mór foram marcados pelos inúmeros casos de violência. Das sete décadas de domínio dos Lundgrens são muitas lembranças de torturas e execuções sumárias praticadas pelos vigias, capatazes do Coronel Frederico Lundgren, dono da fábrica têxtil e das “terras” como afirma o depoimento acima.

A sexta fase refere-se à criação, em 1932, do PI – Posto Indígena na Aldeia São Francisco, instituição que inaugurava o Regime de Tutela dos índios na região, ação coordenada pelo estado brasileiro com o objetivo de garantir a integração da etnia à sociedade moderna e motivar o sentimento de indianidade;

¹ Seu José é índio Potiguara, reside hoje na Aldeia São Francisco na Baía da Traição/PB, trabalhou na Fábrica têxtil - CRTT pertencente aos Lundgrens.

Sétima fase foi marcada pela criação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI na década de 1960. Instituição com posto funcionando na Aldeia Forte, município da Baía da Traição, e que vem congregando as lideranças indígenas para discutirem sobre as questões relacionadas à educação, saúde, infra estrutura e a preservação da cultura indígena;

Oitava fase, a do PROÁLCOOL na década de 1970. Momento em que a produção capitalista cria nova dinâmica de produção, utilizando-se das tecnologias das usinas. Nesse contexto, a CTRT arrendou os seus territórios para os usineiros, que passaram a desmatar as terras potiguaras e plantar um “mar verde” de cana-de-açúcar;

A nona fase é historicamente reconhecida pela etnia como marco inicial do processo de emergência étnica de muitos povos indígenas do nordeste brasileiro. Foi em 1988 que a Constituição Cidadã traz em seu texto a garantia de respeito às tradições indígenas e o direito por lei a devolução de seus territórios. Foi a partir da década de 1980 que se iniciam as mobilizações, as militâncias e os enfrentamentos pela demarcação de terras ou atos de retomada.

Além da territorialização, o processo de emergência étnica abriga outros elementos ao patrimônio étnico-cultural. Destaca-se o ritual que também é dança, denominada de Toré Potiguara. (PALITOT apud GRÜNEWALD, 2005). Para os índios Potiguara, esse ato religioso assume importância para/nas suas lutas de ter de volta as tradições, a própria identidade, que no passado se perdeu, mas que a eles pertence.

O Toré voltou a ser realizado na aldeia Monte-Mór, Rio Tinto/PB, com a utilização dos instrumentos como as zabumbas, o ganzá, os maracás e a gaita. Os puxadores das músicas se colocam em círculo composto por crianças, jovens e adultos, inclusive lideranças como o Cacique e o Pajé. Homens, mulheres e crianças se integram respeitando-se sempre a linha melódica ditada pela execução do pífano e o maracá. Além da reza, a coreografia segue passos básicos, marcha bem ritmada, acompanhada por músicas que se referem à Cabloquinha da Jurema e ao Rei dos Índios.

O Toré, nos últimos anos vem se tornando mais frequente nas aldeias Potiguara. O ritual vem sofrendo mudanças, as músicas do Toré são provenientes tanto do acervo tradicional da memória coletiva, como de composições mais recentes, realizadas por alguns Potiguara, incluindo algumas traduções para o Tupi (língua materna). As músicas compostas atualmente refletem experiências vividas na luta pela terra e valoriza o ser indígena, alguns índios se destacam nestas composições e geralmente estas músicas lhes são reveladas através de sonhos que dizem entrar em contato com seus antepassados. Atitude dessa natureza nos mostra que, aos poucos, os Potiguara estão resgatando seus costumes e crenças. As letras das músicas também recebem influência da Igreja Católica quando evocam a pessoa de Deus Pai, Filho e Espírito Santo, Virgem Maria, Santo Rei. Ocorrem ainda referências aos deuses como o Sol, a Lua e a Jurema.

O nosso estudo remete à reflexão sobre o que restou da identidade cultural da etnia Potiguara. O Toré se expressa como a maior marca para esse grupo indígena, como ato que ajuda a legitimar disputas por melhores recursos para melhorar a vida dos que vivem nas aldeias. Estamos nos referindo às apresentações oficiais, o uso simbólico e do ritual na luta pela retomada das terras. O momento ápice das oportunidades políticas para demonstração do capital cultural ocorre durante as mobilizações do dia 19 de Abril, Dia do Índio, evento que congrega instituições diversas como a FUNAI, representantes da Educação Indígena Diferenciada, organizações não-governamentais, UFPB e Governo do Estado.

O destaque reside nas negociações políticas realizadas na oportunidade que o ritual o Toré Potiguara é vivenciado. Militância e religiosidade se entrelaçam no processo de emergência étnica que envolve as 32 aldeias, incluindo a Vila de Monte Mór ou Vila Regina localizada em Rio Tinto/PB, que luta para ser reconhecida e respeitada como descendência indígena.

2 – O RITUAL TORÉ NO MOVIMENTO POLÍTICO: MILITÂNCIA DO POVO POTIGUARA

Sabemos que o Brasil nasceu com a invasão dos europeus que se fortaleceram pela exploração dos povos indígenas. As estratégias de dominação foram muitas, sendo estas modificadas ao longo dos tempos. O povo Potiguara foi subjugado por cinco séculos, mas nos dias atuais, a etnia começa a lutar por seus interesses, seus direitos de posse e modos de vida.

O ritual Toré apresenta-se como símbolo que se tornou a identificação e a autenticidade dos Potiguara. Através da dança os descendentes indígenas resgatam a cultura de seus pais e, ao mesmo tempo, inauguram uma ação eclética de sentidos e significados, congregando aspectos da política, das religiões, mitos, rituais, danças, músicas, fundamentos da língua Tupi, expressões de luta que garantem a existência e o reconhecimento da etnia. A esse respeito, vejamos o que diz Vieira (2006):

No início deste século começou-se a desenhar a mobilização de moradores de duas aldeias localizadas no município de Rio Tinto – Paraíba, que se reconhecendo como indígenas, desejavam viver em suas próprias terras, como também receber tratamento diferenciado pelo estado e garantir melhor acesso à saúde e à educação. Incentivados pelo cacique geral dos Potiguara, os moradores de Monte-Mór ingressaram nesta mobilização realizando retomadas de terras ocupadas pelas usinas açucareiras, interditando rodovias, acampando na sede regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em João Pessoa – PB. No ano de 2004, a terra indígena foi identificada e demarcada, aguardando a homologação. O Toré representou, assim como para outros grupos indígenas nordestinos, o elemento demarcador da indianidade, sendo realizado com mais frequência entre as pessoas que estavam se mobilizando.

O Toré para esses indígenas é um ritual sagrado e através dele foi possível à unificação das aldeias e o fortalecimento das conquistas de demarcação das terras Potiguara, movimento que foi iniciado no ano 2000. A atual Cacique Claudedir, da Aldeia Monte-Mór, conhecida como Cal, ingressou nos movimentos indígenas para lutar pelo seu povo em busca de benefícios que vinham atender as necessidades locais. Desde 2007 tornou-se cacique e desde então vem travando batalhas em favor de seu povo, todos os benefícios são adquiridos através da Associação Indígena Potiguara de Monte-Mór. Algumas das conquistas foram listadas pela cacique. Vejamos:

Os avanços deram-se na área de Educação Diferenciada, quando as duas escolas localizadas na aldeia foram estadualizadas e os professores, todos os anos passam por uma avaliação realizada por profissionais da área;

Na agricultura trabalham num processo coletivo, produzindo: frutas, legumes, raízes e verduras que são vendidos através da associação às escolas municipais e estaduais da cidade de Rio Tinto para merenda escolar;

O processo de reflorestamento ocorre a cinquenta metros da margem do rio que abastece a aldeia, que pelas plantações da cana-de-açúcar dos usineiros foram totalmente desmatadas. Essa ação vem sendo feita através da coletividade indígena;

Outra conquista marcante foi o reabastecimento da água. A água que hoje abastece a aldeia é de total responsabilidade da cacique junto à associação, que conseguiu recursos próprios para ativar uma adutora e fazer o tratamento clorado da água, tornando o abastecimento da água independente de governos local ou estadual;

O remanejamento de trabalhos para tirar os indígenas de atividades que destrói a natureza como, por exemplo, as carvoarias;

A saúde ainda é precária, existem duas unidades de PSF - Posto de Saúde Familiar que pertence ao órgão municipal e que dá assistência aos indígenas da aldeia local.

Existe contraste enorme com relação à moradia. Antes a Monte-Mór ou Vila Regina era bairro de Rio Tinto-PB. Com a demarcação das terras no ano de 2004, o que antes era bairro passou a ser o aldeamento indígena com casas construídas, ocupadas pela população tanto indígena como não indígena, situação que se tornou um problema para alguns proprietários que alugam suas casas com valor acima do poder aquisitivo dos descendentes Potiguara. Apesar de terem sido contemplados com um conjunto de casas populares do programa do governo estadual, a maioria dos indígenas não mora nesse conjunto. O grande problema neste aldeamento ainda é a falta de moradia, a população indígena é de 30%, ou seja, 3.100 descendentes Potiguara que se misturam aos habitantes não índios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa primeira etapa da pesquisa, percebemos que existe por parte dos Potiguara do aldeamento de Monte-Mór, localizado em Rio Tinto-PB, uma atitude de coragem e determinação política no processo de emergência étnica que propõe a afirmação da identidade indígena na região do Vale do Mamanguape. A luta está respaldada pelo ritual Toré, como forma concreta de protestar pela dança e a música, no sentido de serem ouvidos pelos governos municipal, estadual e federal.

O ritual Toré acontece na oca, defronte a igreja, dentro do Fórum, na calçada do Palácio do Governo, no ritmo do maracá expressa a religiosamente e etnicidade Potiguara. Na aldeia, ele ocorre durante os todos os sábados e em datas comemorativas. Como disse a Cacique Cal: “O Toré é o símbolo que marca realmente a nossa identidade indígena”.

O ritual Toré é um marco de expressão na cultura indígena Potiguara, no processo identitário, na militância política, na formação de lideranças indígenas, trazendo a tona uma nova realidade que diz: os descendentes Potiguaras são autores de sua própria história.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Lusival Antonio. **Práticas educativo-religiosas do Povo Potiguara**. Dissertação (Mestrado em Educação), Natal: UFRN, 2005.

SEU JOSÉ. Tempo de Sofrimento. In: **Índios na visão dos Índios Potiguara**. Salvador: Thydêwá, 2011, p. 35.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Fundaj, Editora Massanga, 2005.

VIEIRA, José Glebson. **Potiguara**. 2006. – Artigo publicado na Web - Outubro de 2006.

Recebido: 11/10/2011

Aprovado: 26/10/2011

